

ÁREA TEMÁTICA:
Gestão do Agronegócio na Amazônia

TÍTULO:
A INFLUÊNCIA DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO TERRITORIAL DA AMAZÔNIA
BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DE UM PARADIGMA REGIONAL PARA O
AGRONEGÓCIO

Marcos Tadeus Piacentini
marcos.piacentini@gmail.com
Faculdade de Rolim de Moura

Alexandre Leonardo Simões Piacentini
alexandre.piacentini@gmail.com
Universidade Federal de Rondônia

RESUMO

Este artigo se constitui em estudo com abordagem exploratória, de cunho teórico, com procedimento de revisão bibliográfica tendo por objetivo delinear as bases sobre as quais se estabeleceu o agronegócio brasileiro na Amazônia. Para tanto, se descreve em linhas gerais, por meio de um enfoque histórico, as políticas públicas implementadas na região amazônica pelo governo brasileiro entre o período de 1930 até 1990, destacando a relação entre o quadro teórico que norteia sua execução e a formação da região, especificando sua influência no meio rural amazonense e, por fim, avaliando o processo de integração territorial no contexto da construção do paradigma regional de agronegócio.

Palavras-Chave: Agronegócio; Políticas Públicas; Gestão Pública; Brasil; Agricultura.

1 INTRODUÇÃO

A partir do estudo dos acontecimentos do passado histórico é possível encontrar e compreender as causas materiais e imateriais dos eventos percebidos na atualidade e, portanto, compreender as conjunturas neste momento não só como o resultado das decisões contemporâneas, tomadas com vistas a um momento futuro, mas também como a consequência de um acontecimento no passado, favorecendo assim, a compreensão e prospecção sistêmica de conjunturas futuras que tenderão a se moldar em consequência direta destes eventos ou de forma subjacentes a estes acontecimentos.

Neste estudo de caráter teórico descritivo, foi utilizado procedimento de revisão bibliográfica por meio do qual se construiu o embasamento que fundamentou a análise proposta ao objeto de estudo, buscando-se construir um acervo que permita em linhas gerais, o delineamento do contexto que motivou e sobre o qual atuam as políticas públicas bem como, as influências dessas ações na formação do meio rural Amazônico e, por conseguinte, avaliar o processo de integração territorial no contexto da construção do paradigma regional de agronegócio.

Este trabalho inicia-se com uma breve contextualização sobre a influência portuguesa e imperial sobre a região, uma vez que a Amazônia brasileira foi objeto de atenção tanto dos colonizadores portugueses quanto do governo Imperial brasileiro, para em seguida abordar-se *a posteriori* desse período que, embora tenha sido influenciado por aquele momento histórico (ou construído sobre estas bases), foi moldado com matéria própria. O artigo se aprofunda focado no período pós-república do Brasil (1930 – 1990) para apresentar em linhas gerais as principais políticas públicas brasileiras implementadas na Amazônia, concluindo com uma análise cognitiva de seus resultados em relação à formação do meio rural e o agronegócio amazônico.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E DISCUSSÃO**2.1 As políticas governamentais na Amazônia brasileira no final do período Colonial e do período Imperial: um ponto de referência**

Como forma de construir as bases de uma análise mais didática sobre o período de enfoque deste artigo (1930 – 1990), apresenta-se a título de preâmbulo uma síntese geral das políticas na história colonial e imperial brasileira na Amazônia.

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

De acordo com Stella (2009), a primeira tentativa de inserir a região amazônica economicamente no sistema colonial (1616 – 1750) foi com a implantação de agropecuária, no entanto prevalecendo o extrativismo vegetal protagonizado pelo cacau e outras drogas do Sertão. Posteriormente (1750 – 1808) houve a continuidade do processo de colonização com o incentivo a agropecuária.

As tentativas de implantar nesta região as culturas e já implementadas no restante do Brasil, não foram bem sucedidas devido às características da região. De acordo com Stella (2009, p. 36), “a tentativa de repetir o modelo das outras partes esbarrou-se primeiramente em obstáculos geográficos, pois as condições naturais eram desfavoráveis”.

Segundo o referido autor (2009, p. 58), de fato, a transição do período colonial para o período imperial manteve intacto o modelo econômico extrativista que prevalecera até então voltado à exportação, vindo o látex a se tornar o principal produto de exportação na Amazônia. A centralização da política econômica em um modelo extrativista de monocultura, voltado ao mercado externo expôs a economia a períodos de instabilidade, ao sabor das oscilações de mercado, sobretudo, provocados pela atuação da concorrência internacional.

A exemplo do ocorrido no período colonial com os senhores de engenho e com os agentes econômicos sucessores, os Barões da borracha¹ se consolidaram como a classe social hegemônica. Mantendo esta semelhança, como resultado da dependência exclusiva de um único produto como matriz econômica voltada para exportação, o mesmo problema provocado pela crise ocorrida durante o ciclo da cana-de-açúcar no período colonial, agora uma crise no mercado de látex durante o período imperial, colocou em evidência que esta abordagem era inviável para o desenvolvimento da região.

Como consequência das políticas de governo desses períodos resta um modelo produtivo ultrapassado, incapaz de fazer frente à dinâmica de mercado, uma sociedade moldada em exemplo da existente no período colonial, com grandes contrastes sociais também representados pelo confronto entre a realidade dos centros urbanos de Manaus e Belém com o interior, praticamente isolado do restante do país.

2.2 Uma visão geral das políticas públicas brasileiras implementadas na Região Amazônica durante o período de 1930 e 1990

2.2.1 Isolamento e soberania.

¹ Referência que designava os grandes proprietários de terras ou seringais de extração de látex na região Amazônica.

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

No início de 1930 até 1960, apesar das iniciativas de interligar a região por via terrestre, a exemplo da rodovia Belém-Brasília (BR-14), a região Amazônica continuava sendo uma espécie de “continente” isolado dentro Brasil. Romper esse isolamento não era um objetivo novo. Continuava sendo uma aspiração que desafiava a colonização da região, enfrentada pelos governos desde séculos anteriores.

Nos dizeres de Stella (2009, p. 65):

A Amazônia permanecia um imenso vazio demográfico, ocupado por pequenos povoados que se ligavam pela navegação e convergiam a dois centros: Manaus, o coração urbano no interior da floresta, e Belém, o elo principal na cadeia mercantil, e porta de entrada e saída da região entre o interior amazônico e a costa litorânea. As cidades se ligavam aos vilarejos pelos rios, formando uma esparsa rede de produção extrativa e de circulação de mercadorias. A conexão com o restante do país era por vias fluviais dentro da bacia amazônica (pequena cabotagem), e marítima costeira (grande cabotagem), que assegurava uma importante parcela das exportações da região.

O cenário descrito permite visualizar as condições de isolamento com as quais conviviam os habitantes da região e prefiguravam as dificuldades que enfrentariam os empreendimentos que propugnassem estabelecer-se na região, culminando em uma situação crítica que limitava o desenvolvimento da região, e ao mesmo tempo figurava como um empecilho à mudança dessa realidade. Com eufemismo poético, Dantas (1966, p. 95) coaduna esse entendimento ao declarar que frente à natureza da região “o homem dá ideia de pigmeu bracejando, lutando desesperadamente contra um gigante”.

A política pública adotada pelo Governo brasileiro como alternativa de crescimento para o país no início de 1930 foi, nos dizeres de Stella (2009, p. 63, 64), promover por meio da industrialização e da modernização do Estado, a “integração comercial, produtiva e física entre as regiões”. Pretendia-se, portanto, que a Amazônia se desenvolvesse como parte deste processo.

Em 1966, contando com o apoio governamental, ocorreu a visita de uma comitiva de empresários representando a Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP, com o objetivo de avaliar as condições da região visando à possibilidade de investimento de capitais paulistas na criação de empreendimentos nessa região. O relato de Dantas (1969, p. 55, 57), sobre a visita dessa comitiva ao município de Atalaia do Norte, Amazonas, acentua o drama humano que a região enfrentava, emergindo como consequência dessa situação de isolamento e polarização.

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

Nas palavras desse autor, aquele município dispunha de 75 mil quilômetros quadrados, uma área maior que de muitos países, e apenas 4400 habitantes. Em termos econômicos “42 bovinos, 4 ovinos, 4 caprinos, 364 porcos e nem um cavalo ou muar. Para o trabalho agrícola ou de extração de madeiras dispõe apenas de 435 enxadas, 10 pás, 7 ferros de cova e 1222 machados”. Esse inventário evidencia a capacidade produtiva e a força motriz de sustentação e fomento de crescimento de Ataláia do Norte.

Segundo o referido autor, torna-se ainda mais lamentável comprovar que a população contava com “escolas sem sequer uma bandeira nacional para que através dela as crianças sintam o Brasil pelo menos simbolicamente, porque na prática ele é um ausente”. As palavras de Dantas finalizando o relato dessa visita sintetizam este entendimento e dão voz ao clamor dos habitantes da região, respaldando a intervenção governamental com a implantação de uma política pública fundamentada em um sistema planejado para a ocupação da Amazônia:

Ataláia do Norte, expressão de teimosia, de obstinação, de vontade indomável de permanecer brasileira, mas também um labéu de vergonha para os poderes centrais que a abandonam, perdida, isolada na imensa floresta amazônica e pedindo, quase implorando uma bandeira nacional para que os brasileiros que ali vivem sintam e compreendam que aquilo também é Brasil.

Constata-se, portanto, que as políticas de colonização da região Amazônica, desenvolvidas até o momento, não haviam alterado as características de polarização em relação aos séculos anteriores, ao contrário, materializou e ampliou ainda mais uma acentuada discrepância entre os grupamentos sociais instalados na região, dificultando as condições de se executar na região um plano de desenvolvimento que confrontasse esses paradoxos.

Como preconiza Oliveira (1990, p. 11), para subsidiar os esforços empreendidos neste sentido, um aparato técnico-administrativo fora criado, de modo a permitir que o Estado pudesse gerir os objetivos propostos para essa nova política.

Em 06/01/1953 já havia sido aprovada a Lei 1.806, cujo Artigo 22º criava a Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, subordinada a Presidência da República, inaugurando essa nova fase política de desenvolvimento da região. Essa política seria implementada na forma de um Plano Geral subdividido em metas quinquenais, que integrariam objetivos voltados ao desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

De acordo com Dantas (1969, p. 99), a então pesquisadora do SPVEA, Dr^a. Clara Pandolfo, ao proferir palestra em visita técnica da Comissão da FIESP às instalações daquela Instituição, respaldou esse planejamento, referindo-se particularmente aos recursos florestais. Em sua apresentação a pesquisadora preconizou que, consoante aos entendimentos deliberados em reunião da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* – FAO² realizada em Buenos Aires - Argentina, chegou-se a conclusão que as características de biodiversidade existentes na floresta amazônica não se constituíam um obstáculo à sua exploração racional, sendo em alguns casos uma característica vantajosa a tal empreita.

No entanto, de acordo com Mahar (*apud* STELLA, 1978, p. 18), o principal plano de desenvolvimento proposto para a região, o I Plano Quinquenal da SPVEA não foi bem sucedido em função da abrangência de suas metas e aos entraves burocráticos que envolviam o planejamento da alocação dos recursos que custeavam os planos de desenvolvimento.

Ao que coaduna Reis (2001, p. 30), ao discorrer sobre as dificuldades enfrentadas nessa empreita:

A política partidária interferindo sem cessar, prejudica o andamento dos trabalhos. O governo federal e os dos estados não pagam as contribuições a que estão obrigados por dispositivo constitucional. O primeiro plano quinquenal, elaborado por uma comissão técnica, até a presente data não mereceu as honras de um segundo de atenção do Parlamento, que deve conhecê-lo e aprová-lo ou reformá-lo para sua execução.

Ao conjunto de todos os fatores que influíam sobre as condições de desenvolvimento da região, somava-se ainda as preocupações relacionadas à segurança nacional, pois, com a ausência de uma presença mais afirmativa do governo brasileiro, a pressão dos interesses internacionais e a ingerência de interesses privados ameaçava a soberania nacional na Amazônia.

O relato de Dantas (1969, p. 56), sobre a visita da comitiva da FIESP ao Município de Atalaia do Norte, acrescenta outra relevante informação sobre a condição de vulnerabilidade que a região enfrentava:

A “Hora do Brasil” é ouvida com muitas dificuldades, devido às interferências. Em compensação a Rádio de Cuba, a Rádio de Moscou, a Voz da América são recebidas como se fôssem estações locais. As notícias do Brasil, dessa forma, são obtidas através dos Estados Unidos, de Cuba e da Rússia... Não precisamos salientar que esse fato significa como fator de desnacionalização de desintegração nacional.

² Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

Esse município tinha maior acesso e contato muito mais frequente ao mercado e a cultura dos países vizinhos³ do que com o do país ao qual estava ligado! Deste modo, tornava-se urgente a necessidade de implantar por meio de políticas públicas medidas com vistas a recuperar dessa situação de abandono e degradação os habitantes que haviam colonizado para a Amazônia, bem como o povo indígena que, embora estivesse mais bem adaptado à realidade da floresta e a ela integrado, padecia por outros motivos. Ressentia-se dos séculos de avanço agressivo, desordenado e predatório do “homem branco” rumo à conquista da Amazônia.

Ao que Reis (2001, p. 146), elucida observando com uma visão mais recente sobre o assunto. Em sua ótica a Amazônia precisava ser valorizada por dois motivos fundamentais: o estabelecimento de igualdade no desenvolvimento das regiões do país, sobretudo para o homem brasileiro, e a proteção dos interesses nacionais.

2.2.2 A economia e a infraestrutura para colonização e integração da Amazônia.

No tocante ao crescimento econômico da região, a Amazônia passou por um período de ostracismo do final do período imperial até 1930, recebendo novo enfoque no momento em que a política pública federal iniciou o redirecionamento dessa econômica regional para o mercado interno. Fazia parte da estratégia de desenvolvimento nacional integrar a Amazônia não apenas fisicamente, mas também economicamente ao restante do país.

No início desse processo, nos dizeres de Stella (2009, p. 64), a Amazônia teve apenas um redirecionamento de sua produção, não mais voltada apenas ao mercado externo, agora visando também abastecer o ciclo de industrialização nacional representado, principalmente, pelo pólo industrial que se desenvolvia no estado de São Paulo. Mantiveram-se, portanto, as bases de produção primária da região com a gradual reorientação produtiva com a inclusão de outros produtos cuja demanda era agora determinada pelo mercado interno brasileiro. Nos anos posteriores passariam a ser oferecidos ao mercado nacional e internacional minérios como o manganês e a cassiterita.

Essa iniciativa foi tomada apoiada também na necessidade de atrair capital nacional para a Região, uma vez que algumas empresas multinacionais já se estabeleciam no Amazonas e no Pará, como afirma Dantas (1966, p. 79), citando a multinacional Pirelli, que dispunha de um seringal com 500 pés de seringueiras, e também uma plantação de pimenta-do-reino, de cuja produção alcançava ótimos resultados, inclusive em nível de exportação.

³ Peru e Colômbia

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

Outros casos como o da “Fordlândia”, empreendimento da multinacional Ford instalada em solo paraense, e de outros empreendimentos como a Indústria e Comércio de Minérios – ICOMI, instalada no Amapá em 1953 que, mesmo com participação de brasileiros contava com capital estrangeiro, embora levassem a cabo os objetivos de inserção de capital desejados pelo governo para sustentar o processo de colonização, provocavam grandes alterações de ordem socioambiental, legitimando sua atuação, por mais nociva que fosse se revelar no futuro aos interesses nacionais, ao suprirem a população pobre dessa região em pontos em que o Estado este era omissor. Diante desse cenário o governo lança em 1966 o projeto da Zona Franca de Manaus.

Como síntese desse novo ímpeto, pode-se destacar o célebre pronunciamento do presidente Vargas, em 1940, conhecido como discurso do Rio Amazonas (STELLA, 2009, p. 74):

Todo Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto de seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócio virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando a formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro.

Como meio de integração e suporte às políticas de desenvolvimento para a região, foram construídas as duas grandes rodovias destinadas a integrar essa parte do território nacional com o restante do país. De acordo com Becker (2001, p. 136), “no governo de Juscelino Kubitchek, ações efetivas afetaram a região pela implantação das rodovias (1958) Belém-Brasília e Brasília-Acre”. Ao que Stella (2009, p. 83, 84) complementa acrescentando as rodovias: Belém-Brasília (BR-010) concluída em 1960; a Brasília(DF)-Porto Velho(RO)-Rio Branco(AC) (BR-029), cuja inauguração ocorreu em 1961.

De acordo com Eliseu Resendo, então Diretor do DNER, em artigo publicado na “Revista Economia” do “Jornal do Brasil” em 1969 (TAMER, 1971, p. 288):

Qualquer programa de desenvolvimento regional deve considerar a criação ou a expansão da infra-estrutura do transporte que terá de suportar o crescimento de outras atividades econômicas. Encontram-se mesmo opiniões no sentido de que a própria criação da infra-estrutura de transporte, de per si, é condição suficiente para a promoção do desenvolvimento regional.

Ao que o próprio autor Tamer rebate ao destacar que a experiência demonstra que a “disponibilidade de tal sistema isoladamente não motiva o desenvolvimento”, coadunando o

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

pensamento do Engenheiro José Sérgio da Paz Monteiro de Castro e expandindo esse assunto ao sugerir que a própria rede de rios já representa uma via de transporte. Ainda de acordo com Tamer (1971, p. 297), os recursos aplicados na construção das rodovias comprometia o esforço de colonização, pois àqueles investimentos não se encontravam paralelos na estruturação das colônias de assentamento promovidas pelo Governo, para fixação dos colonos ao longo dessas rodovias. Para embasar esse entendimento, o autor cita o Engenheiro José Sérgio da Paz Monteiro de Castro, então Diretor do DER do Amazonas, em entrevista tratando sobre a construção da rodovia Transamazônica, concedida ao jornal “O Estado de São Paulo” em 1970.

O engenheiro afirmava que os recursos destinados à consolidação de outras rodovias “economicamente mais importantes para a região”, bem como das colônias de assentamentos, seria redirecionado para a construção dessa estrada. Nas palavras do engenheiro, “se não temos condições de colonizar a Manaus-Pôrto Velho, que tem 870 quilômetros, como poderemos ocupar as margens da Transamazônica, que terá mais de três mil?”.

Ao mesmo tempo, o governo também lidava com a problemática da região Nordeste do país, aludido na forma do seu alto índice de pobreza, excesso populacional e escassez de terra, levando o Estado a considerar de forma integrada a solução desses impasses, como pode deprender-se das inferências de Dantas (1966, p. 15), ao mencionar e defender a oportunidade estratégica de o governo unificar as características preponderantes dessas duas Regiões do país, a saber: a mão-de-obra abundante no Nordeste e a abundância de recursos naturais do Norte.

Esse processo de colonização com o excedente populacional originário da região Nordeste do país, ocorreu em diferentes fases sendo, sobretudo, intensificada com a seca que afligiu essa região em 1970. No entanto, a inserção de seres humanos na região não consubstanciava as condições únicas necessárias para iniciar e consolidar a colonização da Amazônia.

Na última metade da década de 1960, começa a intensificar-se a mobilização governamental com vistas a atrair o capital privado para a região amazônica. De acordo com as palavras do então Governador do Amazonas, Arthur Cesar Ferreira Reis, à comissão da FIESP (DANTAS, 1966, p. 15), “queremos agora que os paulistas, sobretudo seus industriais, tragam para aqui seus capitais, seu “Know-how”, para consolidarmos a fase da conquista e da ocupação”. O que igualmente se pode inferir a partir dos dizeres de Pinho Filho (1969, p. 14)

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

ao afirmar que “as “bandeiras empresariais” atuarão, na problemática amazônica, como força de atração, criando condições permanentes de povoamento”.

Avaliando esse contexto no início da década de 1970, Tamer (1971, p. 144) propõe que a colonização seja redirecionada, sendo revista sua abordagem sob um novo prisma, defendendo que, uma interligação da região Amazônica com o Sul, consumidor das matérias primas e possuidor de capitais, seria muito mais importante do que com o Nordeste.

2.2.3 A colonização e a integração regional e seus impactos sobre o meio ambiente

Seja por causa da persistência ou por consequência do planejamento, a Região Amazônica foi sendo colonizada. Esse processo ocorreu em grande parte de forma contrária ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia, proposto pela SPVEA, que com a ascensão da ditadura militar ao poder foi substituída pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (1966).

A SUDAM tornou-se responsável pela implantação de uma nova política de desenvolvimento para a Amazônia, materializada no projeto denominado “Operação da Amazônia”. Esse plano tinha uma feição de colonização mais centrada em uma visão econômica, cuja coluna vertebral passava a ser as rodovias de interligação da região, ao longo das quais seriam distribuídas terras e onde seriam estabelecidos os assentamentos de colonos. Nesse mesmo ano, o então Presidente Castelo Branco sancionou a Lei nº 5.174, que tratava da concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônia para os empreendimentos que desempenhassem atividades industriais, agrícolas, pecuárias e de serviços básicos, bem como concedia isenção de impostos e taxas para a importação de maquinas e equipamentos.

De acordo Tamer (1971, p. 131), ao apresentar um relato do autor Arthur Cesar Ferreira Reis, nota-se que, quando a política pública aplicou uma tônica de ocupação territorial com uma ênfase preponderantemente voltada a aspectos de crescimento econômico, negligenciando aspectos ambientais e sociais, direcionou a maneira como eram efetuados os assentamentos e como colonos interagiram com o meio no processo. O autor Pinho Filho (1969, p. 61), também descreve sua impressão desse cenário:

O desmatamento para a construção de estradas chega às raias do absurdo. Não falamos de contra a abertura de estradas, tão essenciais à integração de toda a área, ainda longe dos grandes centros, mas da maneira como se pratica abatendo as árvores sem dó nem piedade, ao longo de muitos quilômetros, tolhendo inclusive o trajeto do traçado, derrubadas em todos os sentidos. Nessas operações desaparecem ou ficam sem nenhum aproveitamento árvores como Angelim, Cedro,

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

Maçaranducas, Sapucaias, Piquiás, Pau-Rosa, Louros, Andiroba, Sucupira, Pau-Darco, etc., etc, que encheriam de alegria qualquer serraria ou beneficiamento de madeira.

Ainda segundo Tamer (1971, p. 70), mesmo com o poucos estudos sobre as características da região, já era conhecido que, com exceção em algumas áreas, o solo da Amazônia era pobre. Eram terras “formadas em sua maioria de sedimento milenares, são pobres, destituídas de elementos minerais indispensáveis para sustentar culturas intensivas”. Deste modo, após o desmatamento o solo sofria um processo de lixiviação por sua exposição ao sol, calor e as chuvas intensas. Esse processo ia comprometendo a fertilidade do solo, de modo que sua produtividade ia decaindo, não conseguindo o colono exceder 4 anos de cultivo.

Acrescenta-se ainda, aos esforços para superar os obstáculos representados pelo pouco conhecimento sobre a terra e as características do ecossistema local, as condições em que se encontra o colono, de acordo com Tamer, (1971, p. 136, 137) “por vêzes desnutrido e sempre inculto”.

Com preconiza Tamer (1971, p. 113), investidores originários da Região Sul aplicavam vultosos recursos em projetos para criação de gado, aproveitando a política de incentivos fiscais, sendo estas fazendas muitas vezes maiores do vários Estados nordestinos, chegando a maior a contar com 290 mil hectares. A exploração pecuária contribuía com a geração de renda, mas por outro lado, não absorvia a mão-de-obra, antes necessitava de amplas áreas de terra, expulsando o homem do campo. Apesar de o Governo Federal ter conhecimento destes fatos, a colonização continuou sendo levada a cabo nestes termos, tendo como estratégia técnica de trabalho para a fixação dos homens às colônias o mesmo modelo agropecuarista praticado em outras regiões do país.

Esse processo contribuiu para o surgimento de violência materializado os conflitos sociais que cresciam na região em função da ocupação de terras. De acordo com Oliveira (1990, p. 103), não sofriam somente os colonos pobres, mas principalmente os índios que viam suas terras sendo invadidas à luz de um conceito que lhes era totalmente estranho: o capitalismo.

O impacto da colonização sobre a região Amazônica com uma tônica excessivamente focada na vertente econômica foi avassalador. Em seus dizeres Stella (2009, p. 182) afirma que ao passo que os projetos de mineração a exportação em grande escala, e a fronteira

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

agropecuária expandia-se de forma concentrada, essa forma de ocupação resultou em grandes desastres ambientais e conflitos sociais como a Guerrilha do Araguaia.

Como síntese, apresenta-se o entendimento do Amaral (NENEVE E PROENÇA, 2001, p. 66), em relação aos impactos dessa abordagem sobre o meio Amazônico:

As transformações econômicas e sociais promovidas pelas relações capitalistas introduzidas na Amazônia atual desestruturando e incorporando espaços existentes, produzidos em tempos pretéritos. São espaços compostos por sociedades indígenas, grupos de seringueiros, castanheiros, pescadores e a população local residente nas cidades, vilas e vilarejos, estabelecidos quase sempre ao longo dos rios da Amazônia. Isto porque a sociedade local estava estruturada social, economicamente e culturalmente em outras bases e princípios.

Esse entendimento contrasta com período em que o slogan do governo militar “Integrar para não entregar” se constituiu na prática em um processo de ocupação violento tanto para as populações que já presentes na Amazônia (sobretudo os índios), quanto para os colonos que se aventuravam estimulados pela propaganda do governo. Assim tomou forma a “década da devastação”, como ficou popularizado internacionalmente o período entre 1980 e 1990 no Brasil, graças ao documentário em vídeo produzido com este nome por Adrian Cowell e Vicente Rios, tratando do processo de colonização da Amazônia.

Portanto, o sucesso no processo de colonização, nos dizeres de Stella (2009, p. 182), não é a consequência esperada dos planos de colonização, mas um reflexo dos investimentos econômicos aplicados na região, produzidos, sobretudo, durante o período da ditadura militar⁴. O insucesso dos planos de colonização foi ocasionado pela falta de apoio e sustentação governamental a permanência do homem assentado na região, seja esse apoio no campo de políticas de desenvolvimento econômico, técnico ou em caracteres básicos de educação, ordem social e saúde.

3 METODOLOGIA

O autor Barros (2000, p. 2), estabelece uma definição norteadora quanto a método como sendo: “a metodologia corresponde a um conjunto de procedimentos a serem utilizados na obtenção do conhecimento”. Ao que Cervo (1996, p. 46) complementa, ao afirmar que “podem ser chamadas de técnicas aqueles procedimentos científicos utilizados por uma

⁴ Golpe de Estado que conferiu aos militares o poder federal durante o período 1964 a 1985.

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

ciência determinada no quadro das pesquisas próprias desta ciência”. Delineia-se, portanto, a seguir, o método e as técnicas que foram empregas neste estudo.

Este artigo foi desenvolvido com uma abordagem exploratória por meio de uma revisão bibliográfica objetivando apresentar uma visão geral sobre as políticas públicas brasileiras destinadas à Região Amazônica, compreendendo como essa área a Região Norte do Brasil, e não sua delimitação conhecida como Amazônia Legal ou ainda, a extensão da Amazônia Internacional.

A delimitação do período compreendido entre 1930 e 1990, foi assim determinada em função de corresponder respectivamente ao início dos planos de integração da região e o início de uma transição econômica no Brasil, caracterizada pelos planos econômicos, a abertura do mercado brasileiro, perda de subsídios na agricultura e sua consequente transição para o agronegócio.

Para tanto, foi utilizado procedimento de pesquisa bibliográfica por meio do qual foi construído o embasamento que fundamentou a análise proposto ao objeto de estudo. Não se tem a pretensão de, com está breve abordagem de cunho teórico descritivo, cobrir integralmente um período e um tema tão abrangente, mas buscou-se construir um acervo que permita em linhas gerais, o delineamento do contexto que motivou e sobre o qual aturam as políticas públicas bem como, as influências dessas ações na formação do meio rural Amazônico e, por conseguinte, a processo de integração territorial na construção do paradigma regional de agronegócio.

4 CONCLUSÕES

Se não conseguiram pleno êxito, os projetos de desenvolvimento voltado à Região Amazônica conseguiram algum sucesso nos objetivos explicitados pelo governo, atenuando situações pontuais que afetavam o país e a região, a saber: o isolamento e as desigualdades da Amazônia em relação às demais regiões, a viabilização das condições básicas para o desenvolvimento desta região, afirmação da soberania brasileira sobre a região Amazônica, propor uma rota migratória para o excedente populacional, sobretudo da região Nordeste do País, estabelecer uma alternativa para o problema de distribuição de terra no País, obter acesso e usufruir de recursos naturais presentes nas regiões amazônicas.

No entanto, como consequência do modelo teórico proposto para essa política pública, o desenvolvimento da Região se deu à custa de um profundo impacto

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

socioeconômico. Os latifúndios começaram a se estabelecer, de forma legalizada ou não. Estabelecia-se na região a estrutura fundiária que teoricamente pretendia-se combater. Essa estrutura fundiária era contrária à fixação do homem no campo, à medida que concentra o acesso a terra nas mãos da classe mais abastada (características de uma cultura capitalista), não abrindo espaço para que a população tenha acesso a terra. Portanto, era inevitável o confronto entre as classes sociais que se estabeleciam na região.

Deste modo, frente às condições de precariedade de vida e trabalho, a falta de êxito nas ações do Governo em prover ao colono as ferramentas técnicas e as condições necessárias para sua fixação no meio rural, a formação dos primeiros núcleos sociais que formaram as cidades, instalados ao longo das estradas recém construídas, conviviam com a violência que também se materializava na forma da exploração da força de trabalho, dos impactos ambientais e do cenário de êxodo que molda a conformação do meio rural atualmente. Sobre tudo, o desenvolvimento destas ações não contou com o acompanhamento e fomento necessários por parte do governo, culminando em situações de abandono aos colonos e comunidades.

Portanto, considerado do ponto de vista econômico, embora os resultados pudessem ter sido muito melhores em longo prazo, não há que se questionar que houve algum sucesso. No entanto, o suposto sucesso é permeado por certo ceticismo, em função do preço pago pelo país em nível ambiental e social para a realização dessa empreita.

No que tange a formação das bases para o crescimento do meio rural e seu alinhamento ao agronegócio, é importante observar que o processo de integração da Amazônia não ocorreu de maneira uniforme, sendo influenciado por muitas características, dentre as quais o período histórico, os recursos e até as características da população que colonizou a região.

De um modo geral, é possível compreender que a relação de causa e efeito entre a escolha do quadro teórico que norteia a política pública é perfeita. Como demonstrado neste estudo, houve a prevalência de interesses capitalistas no coração da política pública que originou os planos de desenvolvimento da Amazônia de 1930 a 1990, em detrimento dos fatores sociais e ambientais, tendendo então a ser esta motivação e a consequência natural do distanciamento entre uma política pública ideal para a Região e a que foi executada pelo governo brasileiro, cuja consequência foi a construção de um paradigma de agronegócio que, influenciado por conceitos predominantemente econômicos, prefiguraria as práticas e manejos incompatíveis com a sustentabilidade da Amazônia que seriam detectadas nos anos seguintes, cujos resultados se fizeram sentir não só no campo como também nos centros urbanos.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil Jesus da Silveira. LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 2. Ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

BECKER, Bertha K. **Modelos e cenários para a Amazônia**: o papel da ciência. Revista Parcerias estratégicas. n. 12. Setembro 2001.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. Ed. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

DANTAS, Humberto. **AMAZÔNIA Caminho do Futuro**. Notas de Viagem. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 1966.

NENEVÉ, Miguel; PROENÇA, Marilene Martin. **Olhares sobre a Amazônia**. São Paulo: Terceira Margem, 2001.

PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil colônia e império**. 18. ed. São Paulo - SP: Editora Brasiliense. 1993.

PINHO FILHO, Ernesto. **A Amazônia**. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM: 1969.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a integridade do Brasil**. Coleção Brasil 500 anos Brasília-DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

STELLA, Thomas Henrique de Toledo. **A integração econômica da Amazônia (1930-1980)**. Dissertação de Mestrado – UNICAMP Campinas, SP: 2009.

TAMER, Alberto. **Transamazônica, solução para 2001**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Apec Editora S/A, 1971.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia de pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2005.